



Arwa al-Sulayhi (c. 1048-1138)
Anna Comneno (1083-1153)
Hildegard von Bingen (1098-1179)
Condessa de Dia (c. 1140-1175)
Tomoe Gozen (c. 1157-c. 1184)
Sultana Radiyya (1205-1240)
Maria di Novella (meados do século XIII)
Abadessas de Fraumünster (do século IX ao século XVI)
Christine de Pizan (1364-1430)
Beatriz Galindo (1465-1535)
María de Estrada (1475 ou 1486-de 1537 a 1548)
Sayyida al-Hurra (c. 1485-15??)
Beatriz Bernal (1501/1504-1562/1586)
A cacica Orocamay e as amazonas (século XVI)
Grace O'Malley (1530-1603)
Sofonisba Anguissola (c. 1535-1625)
Isabel Barreto (15??-1612)
Sophia Brahe (1556-1643)
Marie de Gournay (1565-1645)
Fede Galizia (1578-1630)
Francesca Caccini (1587-c. 1641)
Anne Conway (1631-1679)
Elizabeth Wilbraham (1632-1705)
Aphra Behn (1640-1689)
Émilie du Châtelet (1706-1749)
Laura Bassi (1711-1778)
Jeanne Baret (1740-1807)

[Olympe de Gouges \(1748-1793\)](#)

Caroline Herschel (1750-1848)

Marie-Anne Pierrette Paulze, Madame de Lavoisier (1758-1836)

Gertrudis Bocanegra (1765-1817)

Ching Shih (1775-1844)

Sophie Germain (1776-1837)

Juana Azurduy (1780-1862)

Mary Fairfax Somerville (1780-1872)

Mary Anning (1799-1847)

Jane Digby (1807-1881)

Ada Lovelace (1815-1852)

Clara Schumann (1819-1896)

Florence Nightingale (1820-1910)

Pauline Viardot-García (1821-1910)

Sofia Kovalevskaya (1850-1891)

Teresa Carreño (1853-1917)

Mina Fleming (1857-1911)

Beatrice Potter Webb (1858-1943)

Gertrude Bell (1868-1926)

Alexandra David-Néel (1868-1969)

Ynes Mexia (1870-1938)

Alice Guy (1873-1968)

A descoberta do bulício invisível

Lise Meitner (1878-1968)

María Blanchard (1881-1932)

Emmy Noether (1882-1935)

Renée Vivien (1887-1909)
Bessie Coleman (1892-1926)
Grace Marguerite Hay (1895-1946)
Irène Joliot-Curie (1897-1956)
Barbara McClintock (1902-1992)
Valentina Tereshkova (1937)
Wangari Maathai (1940-2011)
Drew Gilpin Faust (1947)
Norma Andrade (1958)
Sampat Pal Devi e suas guerreiras do Sári Rosa (1960)
Peggy Whitson (1960)
Jutta Kleinschmidt (1962)
Magdalena Bermejo (1962)
Esra'a Al Shafei (1986)
Laura Dekker (1995)
Asia Ramazan Antar (1997-2016)

Bibliografia básica

Autora

Créditos

Às magníficas e heroicas guerreiras curdas de Rojava, que são a primeira linha de contenção do horror do Estado Islâmico e que estão morrendo dia após dia por defender os direitos humanos e a dignidade de todas as mulheres.

Cuspindo fogo

Prólogo a esta edição

Quando lancei meu livro *Historias de mujeres*, em 1995, biografias femininas não chamavam a atenção do público. Naquela época, quase ninguém pensava em escrever sobre as muitas mulheres que, ainda que tenham tido uma vida extraordinária, foram apagadas dos anais pelo machismo dos cronistas. E as poucas pioneiras que, como a fantástica Antonina Rodrigo, empenharam-se em resgatar na Espanha a memória das esquecidas, tiveram de fazer isso remando contra a corrente e publicando, em geral, em pequenas editoras. Mas agora o tema está na moda e há dezenas de títulos de todo tipo, ilustrados e sem ilustrações, com fotografias ou em quadrinhos, para adultos ou para crianças, que tentam recuperar essa parte de nosso passado sequestrada pelo preconceito. É uma profusão editorial que devemos comemorar, pois não há, a meu ver, melhor indicador da mudança por que passou, nestes últimos 24 anos, a indevidamente chamada “causa da mulher”. E digo indevidamente porque já está mais do que na hora de pararmos de pensar que a desconstrução do sexismo é coisa de garotas, quando, na verdade, trata-se de uma causa comum, que diz respeito a todos nós. É óbvio que a mudança no papel da mulher pressupõe uma mudança equivalente no papel do homem, de modo que estamos falando de um novo tipo de sociedade, de uma nova forma de viver que nos afeta e deveria interessar tanto a umas quanto a outros.

Esse trabalho de recuperação quase arqueológica das esquecidas é, sem dúvida, importantíssimo, porque precisamos de modelos reais, precisamos saber que a vida não era nem é como a contaram para nós. “Há uma história que não está na história e que só pode ser resgatada aguçando os ouvidos e escutando o sussurro das mulheres”, digo no prólogo original de

Historias de mujeres, incluído neste volume. De modo que, já em 1995, eu estava ciente de que nos haviam escamoteado uma boa parte da realidade. Mas minhas avaliações estavam subestimadas; não fui capaz de avaliar o tamanho da tergiversação e do ocultamento que sofremos. A porção invisível do iceberg de mulheres silenciadas começa a emergir agora, e tem dimensões colossais. E entre elas há de tudo, heroínas e tiranas, revolucionárias e retrógradas, salvadoras do mundo e assassinas cruéis. E isso é formidável e libertador. O feminismo, ou ao menos a parte majoritária do feminismo, não reivindica pessoas santas, mas pessoas que possam viver todas as possibilidades do ser, para além da tirania dos estereótipos. Vocês sabem, é aquela velha história: as meninas boas vão para o céu e as más vão para qualquer lugar. Eu sempre disse que alcançaremos a verdadeira igualdade social quando conseguirmos ser tão tolas, ineficazes e malvadas como alguns homens o são sem que sejamos recordadas especialmente por isso.

O fato é que em todas as épocas houve mulheres fazendo coisas memoráveis: dirigindo impérios, criando tábuas de cálculo, descobrindo os segredos do universo, escrevendo a primeira literatura de autor que já se escreveu, liderando exércitos. Contamos com cientistas, filósofas, músicas, guerreiras, pintoras, escultoras, exploradoras... Não há um único campo social, artístico ou do conhecimento em que não tenhamos nos destacado. “São tantas, mas tantas, que ao trazê-las à luz, a história tal como a conhecemos se desfaz”, diz Ana López-Navajas. E ela deve saber disso melhor que ninguém, pois Ana é uma brilhante pesquisadora da Universidade de Valência que publicou em 2014 um estudo no qual demonstrou a ausência de referentes femininos nos conteúdos da ESO (Educação Secundária Obrigatória): os livros de texto espanhóis citam apenas 7,6% de mulheres. Ou seja, aprendemos uma cultura e uma ciência só de homens, uma versão da realidade tendenciosamente masculina. Por isso, Ana López-Navajas prepara há oito anos uma base de dados para incluir mulheres nos conteúdos da ESO, uma tarefa monumental e épica que pode

mudar, efetivamente, nossa noção do mundo.

Mas temos de ir além de mudar a visão do passado: é essencial que mudemos também a visão do presente. O modo como olhamos para nós mesmas. O sexismo é uma ideologia na qual todos nós somos educados e está profundamente arraigado em nosso cérebro. Numerosos experimentos demonstram que a sociedade continua a estimular, priorizar e valorizar muito mais o homem que a mulher, e nós, sem perceber, tomamos parte desse mesmo desdém discriminatório. É isso que os preconceitos têm: por serem anteriores ao conceito, são invisíveis. Comprovou-se, por exemplo, que na atenção médica primária, diante dos mesmos sintomas, prescreve-se às mulheres mais ansiolíticos e antidepressivos, ao passo que aos homens se oferece mais exames diagnósticos. Isso ocorre também com a dor: dão mais analgésicos aos homens (pois tomam por real seu sofrimento), e mais sedativos às mulheres (que consideram histéricas). O que me deixa particularmente horrorizada é um estudo feito com 1300 doentes de câncer que evidenciou que a probabilidade de as mulheres serem submedicadas era 50% maior. Esses angustiantes maus-tratos e a brutal discriminação, que podem levar à doença e à morte, caso um exame diagnóstico não seja feito a tempo, são exercidos por médicos e médicas, por enfermeiros e enfermeiras. Todos damos mais credibilidade à palavra do homem. A voz do varão continua sendo a lei.

Em 2012, um experimento formidável foi realizado na Universidade Yale, nos Estados Unidos. Dois doutorandos em ciências, Jennifer e John, pleitearam uma vaga de supervisor de laboratório. Como é de praxe nos Estados Unidos em casos como esse, Yale enviou seus currículos para que fossem avaliados por 127 catedráticos de biologia, física e química pertencentes às seis universidades mais importantes do país, três públicas e três privadas. Numa escala de 1 a 10, John ganhou um ponto a mais que Jennifer. Além disso, foi pedido aos professores que dissessem que salário julgavam que os solicitantes mereciam, e eles ofereceram 30 328 dólares anuais a John e 26 508 a Jennifer. Até aqui, tudo mais ou menos normal. O estupor

começa quando descobrimos que Jennifer e John não existem e que os currículos eram absolutamente idênticos, só que foi dito a uma metade dos catedráticos que o solicitante se chamava Jennifer, e à outra metade que se chamava John. E entre os avaliadores também havia, é claro, catedráticas.

Devemos nos esforçar para extirpar de nossa cabeça esse parasita do pensamento que é o preconceito. Não estou pedindo que haja mais mulheres nos diversos prêmios, nos centros de comando, nas cátedras ou na direção de empresas por ainda sermos poucas, por termos sofrido discriminação há séculos e, coitadinhas de nós, precisarmos de alguma ajuda. Não, de maneira nenhuma. O que peço é que haja mais mulheres em todos os âmbitos por sermos tão boas quanto os homens. Ou seja, reivindico que sejamos avaliadas com objetividade e justiça. É espantoso que isso ainda não tenha acontecido: nem a sociedade nem nós mesmas nos valorizamos com equanimidade.

É por isso que acontece o que acontece sem que haja respostas. Todos os anos cortam o clitóris de 3 milhões de menores; milhões de mulheres carecem dos direitos mais elementares, têm de andar de véu, não podem sair de casa sem a companhia de um homem e são privadas da educação mais básica (e as que tentam escapar dessa brutalidade levam um tiro na cabeça, como Malala); incontáveis meninas e adultas são maltratadas ou assassinadas, sofrem violações, espancamentos, ataques com ácido, torturas, degolas e sequestros, ou são borrifadas com querosene e queimadas vivas nos infames *crimes de honra*, por não quererem se casar com o pretendente escolhido pela família, e com frequência é a mãe quem acende o fogo. Ou seja, há no mundo um genocídio em marcha contra as mulheres, e a comunidade internacional nunca fez nada para deter essa atrocidade. Foram impostas sanções econômicas contra o apartheid na África do Sul, mas contra o apartheid de tantos milhões de mulheres, contra seu martírio e sua escravidão, o que se fez, o que se faz? O que acontece é o contrário, a mulher sempre serve de moeda de troca; se é preciso fazer um acordo momentâneo com os talibãs, a

comunidade internacional não toca mais no assunto da situação das mulheres na região. É a vergonhosa diplomacia do silêncio. E nós, as outras, todas nós, como permitimos isso? Como não exigimos que isso mude?

Este texto está me saindo tempestuoso. Inflamado, ainda que se queira um pouco ruidoso. Vejam, é curiosa a vida que este livro está tendo. No momento de sua publicação, 1995, com o título *Historias de mujeres*, ele saiu com um prólogo e um epílogo, ambos incluídos neste volume. O livro foi bastante lido, e isso propiciou que em 2007 ganhasse uma nova edição, um pouco ampliada e com um posfácio que dava conta de como a causa antissexista havia avançado nos doze anos transcorridos. E agora, onze anos mais tarde, voltamos a publicar uma versão atualizada para a qual estou escrevendo este novo prólogo. Ou seja, o texto original foi crescendo em camadas e para os lados de uma forma orgânica, como os troncos das árvores, e seus acréscimos registram os vaivéns sociais do mesmo modo que os anéis da madeira revelam as circunstâncias que afetaram o bosque ao longo do tempo: os incêndios, as pragas, as secas. Pois bem, e agora vemos que o tema do sexismo está bombando: por isso é que estou exalando esse bafo de dragão. E de quebra, além de soltar fogo pelas ventas no prólogo, agora completei o livro com noventa breves retratos de mulheres, uma visada rápida da Antiguidade até nossos dias que nos permite vislumbrar a complexa e variada riqueza da contribuição feminina à vida comum.

Penso que estamos num momento importante da causa antissexista. Que estamos cruzando uma fronteira, e que no último ano avançamos um bom trecho. Por exemplo, o 8 de março de 2018, Dia Internacional da Mulher, foi um marco na história da mobilização mundial. Acho que nunca houve tantas manifestações, e tão grandes, em tantos países. A de Madri, sem dúvida, foi um recorde histórico, com 170 mil participantes, segundo dados oficiais, a grande maioria com menos de 25 anos, e um bom número deles, homens. Sem contar o sucesso da greve de mulheres na Espanha, um exemplo mundial. Tudo

indica que a conscientização está aumentando, talvez por percebermos que os avanços arduamente conquistados estão em risco, não só no que se refere ao antissexismo, mas também a todos os valores democráticos. E talvez seja também uma questão de saturação, de excesso, como a gota d'água que finalmente faz o copo transbordar. É o que parece ter acontecido no caso do produtor de Hollywood Harvey Weinstein e no desencadeamento de denúncias de assédio sexual que se sucederam por toda parte desde então, como uma fileira de dominós caindo. Digamos que as mulheres estão se cansando.

No entanto, creio que o xis da questão não está na capacidade de resistência, mas em abrir os olhos e finalmente compreender que não há por que se subordinar a princípios aberrantes e caducos. Vejam, dos dez aos dezessete anos estudei no Instituto Beatriz Galindo, em Madri, que distava sete estações de metrô, com uma baldeação, de onde eu vivia. Como almoçava em casa, tinha de fazer essa viagem quatro vezes por dia. E ia sempre sozinha, porque em minha classe social e naquela época — eram os anos 1960 — as crianças não eram tão superprotegidas como agora. Pois bem, provavelmente não houve um único dia em que eu estivesse livre de uma mão na minha bunda ou de alguém se esfregando em mim pelo menos uma vez entre os quatro trajetos. Sobretudo nos primeiros anos, quando eu era menor e mais indefesa. Lembro que uma vez — devíamos ter uns onze anos — uma amiga reclamou, e o pedófilo lhe deu uma bofetada. Ninguém, no vagão entulhado de gente, nos ajudou. O que quero dizer é que, naquela época, o aprendizado da vida incluía táticas defensivas e de fuga diante dos predadores. A gente calculava, com uma vista de olhos, quais eram os homens mais perigosos e tentava se esgueirar para o outro extremo do vagão ou sair repentinamente, mesmo que não fosse a nossa parada. Agora eu soube que algumas garotas levam alfinetes para espetar os assediadores: infelizmente, não me ocorreu essa artimanha. Mas desenvolvi a habilidade de fazer ouvidos moucos para não escutar as barbaridades que todos aqueles pulhas, que se jogavam sobre nós quando andávamos pela rua, diziam que iam

fazer conosco; e eu era especialista em mudar de fileira nas sessões de cinema toda vez que alguém vinha, no escuro, encostar a perna e a mão em mim. Tudo isso fez parte da paisagem da minha infância desde os dez anos; nós, meninas, éramos como gazelas assustadas tentando escapar dos leões, resignadas diante de uma realidade aterradora e humilhante, mas infelizmente *normal*. O mundo, diziam-nos e nos dizíamos, é assim mesmo. Mas não. Acontece que o mundo não é assim. E acontece também que sua mudança depende, em boa medida, de nós mesmas. Portanto, minhas irmãs, vamos abrir nossa goela de dragão e cuspir fogo.

Madri, março de 2018

Histórias de mulheres

Para minhas amigas, todas estas mulheres que foram e são importantes para mim: para Reyes, Macu e Gabi; para Carmen, para a outra Carmen, para Olga; para Malén, Ángeles, Solete e as duas Soles; para Virginia, Ingrid e Ximena; para Isabel e María José; para mais algumas com quem convivo menos, mas de quem também gosto, como Ana Cristina, Nuria ou Marisé. E, é claro, para Nativel, com minhas desculpas.

Para as companheiras da infância e da primeira juventude, que não vejo mais: Mari Tere, Ofelia, Alicia, María José, Begoña, Pili, Pilar, Fátima, María.

Em memória das que já partiram: Monserrat, María Luisa e Carmina.

E, especialmente, para todas aquelas que vão ficar chateadas por não estarem na lista.

Introdução

A vida invisível

Há alguns séculos, nós, seres humanos, começamos a nos perguntar por que as sociedades diferenciavam de tal modo homens e mulheres quanto a hierarquias e funções. Alguma fêmea especialmente intrépida já se fizera essas perguntas antes, a exemplo da francesa Christine de Pisan, que escreveu em 1405 *La Cité des dames* [A cidade das damas]; mas foi preciso que viessem o positivismo e a morte definitiva dos deuses para que os habitantes do mundo ocidental passassem a rejeitar a imutabilidade da ordem natural e começassem a se perguntar massivamente o porquê das coisas, curiosidade intelectual que incluiu, forçosamente, e apesar da resistência de muitos e muitas, os numerosos questionamentos relativos à condição da mulher: diferente, distante, subjugada.

E ainda não há, na verdade, resposta clara para essas perguntas: como se estabeleceram as hierarquias, quando isso aconteceu, se sempre foi assim. Cunharam-se teorias, nenhuma delas suficientemente demonstrada, que falam de uma primeira etapa de matriarcado na humanidade. De grandes deusas onipotentes, como a Deusa Branca mediterrânea descrita por Robert Graves. Talvez não fosse uma etapa do matriarcado, mas simplesmente de igualdade social entre os sexos, com domínios específicos para umas e outros. A mulher paria, e essa impressionante capacidade deve tê-la tornado muito poderosa. Expressam esse poder as vênus da fertilidade vindas da pré-história (como a de Willendorf: gorda, roliça, deliciosa), bem como as múltiplas figuras femininas posteriores, as fortes deusas de pedra do Neolítico.

Engels sustentava que a subordinação da mulher se originou ao mesmo tempo que a propriedade privada e a família, quando os seres humanos deixaram de ser nômades e se assentaram em povoações agricultoras; o homem, diz Engels, precisava assegurar filhos próprios a quem transmitir suas posses, daí que passasse a controlar a mulher. Fico pensando que talvez o dom procriador das fêmeas assustasse demais os varões, sobretudo quando eles viraram camponeses. Antes, na vida errante e caçadora, o valor de ambos os sexos estava claramente estabelecido: elas pariam, amamentavam, criavam; eles caçavam, defendiam. Funções de valor intercambiável, fundamentais. Mas depois, na vida agrícola, o que os homens faziam de específico? As mulheres podiam cuidar da terra como eles ou, quem sabe, de um ponto de vista mágico, ainda melhor, porque a fertilidade era seu reino, seu domínio. Sim, é razoável pensar que eles deviam vê-las como demasiado poderosas. Talvez o impulso masculino de controle tenha nascido desse medo (e da vantagem de eles serem mais fortes fisicamente).

Esse receio do poder das mulheres é perceptível já nos mitos inaugurais de nossa cultura, nos relatos da criação do mundo, que, por um lado, se esforçam para definir o papel subsidiário das fêmeas, mas ao mesmo tempo nos conferem uma capacidade de causar prejuízo muito acima de nossa posição secundária. Eva leva Adão e toda a humanidade à perdição por se deixar tentar pela serpente, o que é feito também por Pandora, a primeira mulher, segundo a mitologia grega, criada por Zeus para castigar os homens: o deus dá a Pandora uma ânfora cheia de desgraças, jarra que a mulher destapa movida por sua irrefreável curiosidade *feminina*, libertando assim todos os males. Esses dois relatos primordiais apresentam a fêmea como um ser fraco, avoado e sem juízo. Por outro lado, a curiosidade é um ingrediente básico da inteligência, e é a mulher que tem, nesses mitos, a ousadia de se perguntar o que há além, a vontade de descobrir o que está oculto. Além disso, os males que Eva e Pandora trazem ao mundo são a mortalidade, a doença, o tempo, condições que formam a própria substância do humano, de

modo que, na verdade, a lenda lhes atribui um papel — agridoce mas imenso — enquanto criadoras da humanidade.

Ainda mais fascinante é a história de Lilith. A tradição judaica diz que Eva não foi a primeira mulher de Adão, que antes dela existiu Lilith. E essa Lilith quis ser igual ao homem: indignava-a, por exemplo, que fosse forçada a ficar por baixo de Adão ao fazer amor, pois essa posição lhe parecia humilhante, e reivindicava os mesmos direitos do macho. Adão, valendo-se de sua maior força física, quis obrigá-la a obedecer, e então Lilith o abandonou. Foi a primeira feminista da Criação, mas suas modestas reivindicações eram, é claro, inadmissíveis para o deus patriarcal da época, que transformou Lilith numa diaba matadora de crianças e a condenou a sofrer a morte de cem de seus filhos a cada dia, castigo horrendo que simboliza com perfeição o poder do macho sobre a fêmea. O que subjaz, talvez, ao mito de Lilith é a memória esquecida desse possível trânsito entre um mundo antigo não sexista (com mulheres tão fortes e independentes como os homens) e a nova ordem masculina que se instaurou depois.

Enfim, o fato é que durante milênios as mulheres foram cidadãos de segunda classe, tanto no Oriente como no Ocidente, tanto no norte como no sul. O infanticídio por sexo (matar as meninas recém-nascidas porque são um peso não desejado, ao contrário do cobiçado filho varão) foi uma prática muito difundida e habitual em toda a história, dos romanos aos chineses ou aos egípcios, e ainda hoje é mais ou menos abertamente realizada em muitos países do chamado Terceiro Mundo. Isso dá uma ideia do escasso valor que se conferia à mulher, que já vinha ao mundo com o desconsolo fundamental de não ter sido ao menos desejada.

Filhos que somos, ainda, das ideias de perfectibilidade e de progresso dos séculos XVIII e XIX, tendemos a acreditar que a sociedade em que hoje vivemos é melhor em tudo que a de ontem, mas pior que a de amanhã, como se as coisas, com o tempo, inexoravelmente se ajeitassem, uma falsidade tão óbvia, aliás, que nem vale a pena discuti-la. E assim, no caso da mulher,

costumamos pensar que a igualdade foi sendo conquistada pouco a pouco, até chegar ao máximo de hoje, o que não é totalmente verdadeiro. Pois a situação da mulher ocidental parece agora ser melhor do que nunca, só que o trajeto não foi linear: houve momentos de maior liberdade, seguidos por épocas de reação. Ocasionalmente, a repressão alcançou níveis assustadores, como a caça às bruxas no século XV e no início do XVI, que talvez tenha sido uma resposta à efervescência humanista e liberal do Renascimento. Houve milhares de execuções na Alemanha, na Itália, na Inglaterra e na França; 85% dos réus queimados vivos por bruxaria eram mulheres de todas as idades, inclusive meninas. Em alguns povoados alemães havia seiscentas execuções anuais. Em Toulouse, quatrocentas mulheres foram levadas à fogueira num único dia. Alguns autores falam em milhões de mortes. Elas eram condenadas e queimadas com acusações por vezes delirantes (ter relações com o diabo, beber sangue de crianças), mas também pelos *pecados* de ministrar contraceptivos a outras mulheres, fazer abortos ou dar remédios contra a dor do parto. Ou seja, por demonstrarem controle sobre sua vida, conhecimentos médicos que lhes eram vetados (as mulheres não podiam estudar) e certa independência.

Foi com a Revolução Francesa e seus ideais de justiça e fraternidade que um punhado de homens e mulheres começou a compreender que a igualdade era para todos os indivíduos ou não era para ninguém: “Ou nenhum membro da espécie humana tem verdadeiros direitos, ou todos têm os mesmos; aquele que vota contra os direitos do outro, quaisquer que sejam sua religião, sua cor ou seu sexo, está, desse modo, abjurando os seus”. São palavras que Condorcet, o admirável filósofo francês que participou da redação da Constituição revolucionária, escreveu em 1790 em seu ensaio *Sobre a admissão das mulheres no direito da cidade*. Condorcet foi um feminista fervoroso; ele e outros poucos cavalheiros sensíveis começaram a denunciar a situação da mulher. Esses primeiros discursos de homens não sexistas foram muito importantes, pois para assumir uma atitude crítica era preciso ser cultivado, e as mulheres da época eram

quase inteiramente carentes de educação.

Com o ardor da Revolução começaram a aparecer por toda a França (e logo por toda a Europa) clubes e associações de mulheres, e houve revolucionárias feministas famosas, como Olympe de Gouges e Théroigne de Méricourt. Mas esse sonho de justiça e liberdade durou pouco: com a chegada do Terror a mulher foi novamente encerrada em casa. Em junho de 1793, Théroigne foi atacada por um grupo de *cidadãos* e golpeada com pedras na cabeça; não morreu, mas perdeu a razão e passou o resto da vida num manicômio. Olympe foi guilhotinada em novembro de 1793 e os clubes de mulheres foram proibidos. Quanto a Condorcet, Robespierre o condenou à morte, e o filósofo preferiu tomar veneno em sua primeira noite no cárcere, no mês de setembro desse mesmo ano. As águas quietas do preconceito sexista se fecharam novamente.

Todavia, algumas décadas depois, em meados do século XIX, criou-se a *questão da mulher*, ou seja, pela primeira vez a mulher foi entendida como um problema social. Isso foi resultado da Revolução Industrial, que havia acabado com a vida familiar tradicional. Antes as donas de casa estavam subordinadas ao varão, mas carregavam nas costas um bom número de atividades cotidianas. Faziam conservas, salgavam pescados, confeccionavam a roupa da família, cuidavam da horta e dos animais, fabricavam sabão, velas, sapatos, conheciam ervas medicinais e tratavam da saúde de toda a família. Eram personagens ativos e importantes no ambiente doméstico. No entanto, a Revolução Industrial lhes suprimiu pouco a pouco todas as atribuições: agora o sabão era comprado nas lojas, a população urbana crescia e havia cada vez menos hortas e menos animais, a saúde passou a ser domínio dos médicos. Enfim, a mulher ficou sem um lugar próprio no mundo.

Além disso, vivia-se o auge do positivismo, do cientificismo. Deus agonizava, a ordem imutável e natural já não era aceita como resposta absoluta para os enigmas, era preciso definir novamente o universo inteiro. A mulher era mais uma incógnita da existência, um mistério que devia ser elucidado em termos

científicos. Pois na época, final do século XIX, os seres humanos chegaram a acreditar que poderiam organizar e iluminar todas as trevas da realidade por meio da palavra definidora do sábio, da classificação do erudito.

Assim, as mulheres se transformaram em objeto de estudo dos homens, que as comparavam com o *normal*, isto é, com os valores e as características do varão. “De modo geral, admite-se que na mulher os poderes da intuição, da percepção e talvez da imitação sejam mais destacados que no homem, mas pelo menos algumas dessas faculdades são características das raças inferiores, e, por conseguinte, de um estado de civilização passado e menos desenvolvido”, dizia Darwin. Da perspectiva masculina, a mulher começou a ser vista como uma anomalia, um ser doente sujeito a menstruações e dores. A moda insana e torturante dos espartilhos (chegavam a entortar as costelas e a provocar deslocamentos de útero e de fígado) fomentava as asfixias e os desmaios, e a falta de um lugar no mundo e de perspectiva de vida ampliava as depressões e as angústias. Por conseguinte, a mulher era tida como um ser doente, e de fato adoecia: no final do século XIX e início do XX, houve uma *epidemia* de anoréxicas, de pacientes acometidas por estranhas patologias crônicas, até chegar às histéricas de Freud. O romancista Henry James soube desenhar em seus livros o protótipo da mulher de sua época, inteligente e apaixonada mas aprisionada pelas circunstâncias sociais: ele provavelmente se inspirou na vida de sua própria irmã, Alice James, uma mulher criativa e sensível que gostava de escrever (seus diários foram publicados recentemente), mas que não pôde ir à universidade nem recebeu o apoio necessário para dedicar-se, como Henry, à literatura. Alice foi uma doente crônica: seu enigmático mal a transformou numa inválida desde os dezenove anos, e aos 43, quando adoeceu de um câncer fulminante, alegrou-se com a morte.

Aqueles devem ter sido tempos muito angustiantes e difíceis para as mulheres: as da classe baixa se arrebatavam de trabalhar com turnos fabris de dezesseis horas, tendo, além disso, que

parir e cuidar da casa, e as da classe média e alta estavam presas num cárcere de ouro. As heroínas literárias do século XIX (Anna Kariênina, Madame Bovary, Ana Ozores/a Regente) falam da tragédia de mulheres sensíveis, inteligentes e capazes que levavam uma vida sem sentido, que tentavam escapar do vazio por meio do amor romântico e que pagavam muito caro por transgredir as rígidas normas. Salvo exceções (o escritor Mark Twain, por exemplo, que sempre foi deliciosamente feminista), o entorno masculino devia ser tão hostil naquela época, e tão grande a incompreensão do *feminino*, que muitas mulheres começaram a *escolher* a solteirice e a estabelecer relações de convivência com outras mulheres pelo resto da vida. Na América, isso era então chamado de *casamento bostoniano* (o romance de Henry James *As bostonianas* fala justamente desse mundo feminino) e não tinha de ter, necessariamente, um componente lésbico, sendo, em muitos casos, uma união emocional e cúmplice diante da vida, por parte de mulheres ativas, independentes e intelectualmente inquietas, que não queriam se resignar à prisão social.

Contudo, o mais espantoso é comprovar que sempre houve mulheres capazes de superar as mais penosas circunstâncias; mulheres criadoras, guerreiras, aventureiras, políticas, cientistas, que tiveram a habilidade e a coragem de escapar, não se sabe como, de destinos tão estreitos como uma tumba. Sempre foram poucas, é claro, em comparação com a grande massa de fêmeas anônimas e submetidas aos limites que o mundo lhes impôs, mas foram, sem sombra de dúvida, muitíssimas mais que as que hoje conhecemos e lembramos. O que acontece, como diz a escritora italiana Dacia Maraini, é que quando as mulheres morrem, elas morrem para sempre, submetidas ao duplo fim da carne e do esquecimento. Os historiadores, os enciclopedistas, os acadêmicos, os guardiães da cultura oficial e da memória pública sempre foram homens, e os atos e as obras das mulheres raramente passaram para os anais. Porém, hoje essa amnésia sexista por fim está mudando: a crescente presença feminina nos níveis acadêmicos e eruditos

começa a normalizar a situação, e abriu-se todo um campo de novas pesquisas, feitas majoritariamente por mulheres, que tentam resgatar nossas antepassadas da bruma.

Antepassadas capazes de levar a cabo proezas anônimas tão imensas como a invenção, na província chinesa de Hunan, de uma linguagem secreta. Ou melhor, de uma caligrafia só para mulheres, uma forma de escrita críptica chamada *nushu*, que conta com 2 mil caracteres e foi criada há, no mínimo, mil anos (alguns especialistas chegam a falar em 6 mil), ainda que hoje em dia só meia dúzia de anciãs octogenárias a conheçam. Dizem que o *nushu* foi inventado pela concubina de um imperador chinês (e se foi isso mesmo, que gênio o dela, capaz de conceber todo um sistema de escrita!) para poder falar com suas amigas sobre sua vida íntima, suas queixas e seus sentimentos sem correr o risco de ser descoberta e castigada. Muitas das mulheres que aprenderam essa caligrafia não sabiam escrever o *han*, o idioma chinês oficial, porque as mulheres eram mantidas analfabetas e cuidadosamente à margem da vida intelectual, de modo que, clandestino, o *nushu* lhes outorgou o poder da palavra escrita, uma força solidária com a qual organizar certa resistência. “Devemos estabelecer relações de irmãs desde a juventude e nos comunicar por meio da escrita secreta”, diz um dos textos milenares conservados. E outro acrescenta: “Os homens se atrevem a sair de casa para enfrentar o mundo exterior, mas as mulheres não são menos corajosas ao criar uma linguagem que eles não conseguem entender”.

Corajosas e anônimas, sim, assim foram milhões de mulheres do passado. Segundo as últimas teorias acadêmicas, talvez os textos anônimos da história da literatura tenham justamente saído, em sua maioria, de penas femininas. Em outros casos, as mulheres escreviam obras que depois seus cônjuges (ou seus homens: pais, irmãos, filhos) publicavam, como é o caso da espanhola María Martínez Sierra (1874-1974), socialista e feminista, deputada da Segunda República e importante dramaturga, cujos trabalhos foram publicados, no entanto, sob o nome de seu marido, Gregorio. Já se disse, além do mais, que as

obras das mulheres sempre foram propensas a ser extraviadas ou esquecidas; está perdido, por exemplo, o poema épico *A guerra de Troia*, da grega Helena, em quem Homero se inspirou para fazer a *Ilíada*. Enfim, como diz Virginia Woolf, o que aconteceu com Judith Shakespeare, a irmã imaginária, ambiciosa e cheia de talento de Shakespeare?

Por outro lado, a lembrança que temos das mulheres e de seus atos está frequentemente matizada de valores sexistas. Por exemplo: não nos esquecemos de Messalina, esposa do imperador romano Cláudio I, que passou para a história transformada no símbolo da mulher infiel e ninfomaníaca. Ou então de Catarina, a Grande, a famosa imperatriz da Rússia, lembrada, sobretudo, como uma senhora boa de briga e que tinha muitos amantes. No entanto, essa mulher, que tomou as rédeas do império de 1762 a 1796, foi uma/um dos grandes soberanos do absolutismo ilustrado. Reformou a administração do Estado russo, fez o primeiro compêndio legislativo, lutou contra lituanos e turcos, anulou a autonomia da Ucrânia; como se não bastasse, protegeu as artes e as letras, manteve intensa correspondência com Voltaire, escreveu obras teatrais e fundou o periódico *Vsyákaya vsyáchina* [Qualquer tolice], importante suporte ideológico do absolutismo. Além disso, teve amantes, sim, como a imensa maioria dos soberanos varões de todos os tempos, mas, diferente de muitos desses reis e imperadores, ela soube manter seus amantes no terreno apenas íntimo, sem se deixar influenciar politicamente por eles.

Contudo, quando espiamos os bastidores da história, encontramos mulheres surpreendentes: aparecem sob a monótona imagem tradicional da domesticidade feminina da mesma maneira que o mergulhador vislumbra as riquezas submarinas (uma paisagem inesperada de peixes e corais) sob as águas quietas de um mar cálido. Lá estão, por exemplo, as fêmeas guerreiras, personagens fantasticamente extravagantes. Como María Pérez, uma heroína castelhana do século XII, que lutou, vestida de homem, contra os muçulmanos e os aragoneses. María desafiou para um duelo o rei de Aragão

Alfonso I, o Batalhador, a quem venceu e desarmou. Quando se descobriu que era uma mulher, ela foi batizada de *La Varona*, o que não a impediu de se casar mais tarde com um infante, deixando as guerras pela família. Ou como a fascinante Mary Read, aventureira inglesa do século XVIII, que também se vestiu de homem e se alistou como soldado no regimento de infantaria de Flandres. Depois de lutar durante alguns anos, ela deixou o exército, casou-se e abriu uma taberna em Breda, mas ao enviudar voltou a vestir roupas masculinas e, alistada na infantaria holandesa, embarcou rumo à América num navio que foi capturado pelos corsários, momento em que a irreductível Mary Read decidiu virar pirata. E como pirata viveu longos anos, apaixonando-se e casando-se, entrementes, com um marinheiro, até que em 1720 caiu nas mãos dos ingleses e foi encerrada na prisão jamaicana onde morreu.

Joana d'Arc também vestiu resplandecentes armaduras viris quando se pôs à frente dos exércitos franceses, aos dezessete anos, comandando-os na guerra contra os ingleses, aos quais infligiu grandes derrotas até ser capturada pelo inimigo, aos dezenove anos, e queimada viva. Outra francesa, Louise Bréville, se fez passar por homem no final do século XVII; após ser expulsa do exército por matar outro soldado num duelo, Louise se alistou como marinheiro e chegou a ter o comando de uma fragata de combate. Morreu aos 25 anos numa batalha naval contra a Holanda, ferida no decurso de uma abordagem.

Não foram só guerreiras que se vestiram com roupas de homens e adotaram personalidades masculinas: muitas outras mulheres viram-se obrigadas a utilizar o abrigo de uma identidade viril para se proteger da dureza misógina do entorno. A famosa socióloga e pensadora galega Concepción Arenal (1820-1893), por exemplo, teve de se disfarçar de homem para poder comparecer às aulas de direito, porque as mulheres eram proibidas de frequentar a universidade. Algo parecido aconteceu com Henrietta Faber, que no início do século XIX se disfarçou de homem e trabalhou como médico em Havana durante anos, até que em 1820 se apaixonou, revelou que era mulher e quis se

casar, momento em que foi detida, julgada e condenada a dez anos de prisão, porque em Cuba as mulheres eram proibidas de estudar e de praticar a medicina. Por outro lado, o uso de pseudônimos masculinos foi uma prática bastante comum entre as escritoras do século XIX, como George Eliot, George Sand, Víctor Catalá ou Fernán Caballero.

Outro tipo de *travestismo* mais comum e admitido socialmente, ao qual as mulheres recorreram durante muitos séculos, foi o religioso, isto é: virar freira. O convento foi, amiúde, uma obrigação social, um enclausuramento e um castigo, mas para muitas mulheres foi também o lugar em que se podia ser independente da tutela varonil, e ler, e escrever, e assumir responsabilidades, e ter poder, e desenvolver, enfim, uma carreira. Houve freiras maravilhosas por seu nível intelectual ou por sua capacidade artística, como Santa Teresa, sor Juana Inés de la Cruz ou Herrade de Landsberg, abadessa de Hohenburg, que no século XII fez a primeira enciclopédia da história confeccionada por uma mulher (o fato de que pudesse conceber uma obra tão ambiciosa dá bem a medida do mundo amplo que o convento abria para as senhoras), intitulada *Hortus deliciarum* ou *Jardim das delícias*, belissimamente ilustrada e destinada à formação de suas religiosas.

Outras freiras foram ardorosas e carnavais, como sor Mariana Alcoforado, uma religiosa portuguesa do século XVII que teve o azar (ou talvez a sorte) de se apaixonar por um conde francês, a quem dirigiu cartas belas e febris que ele teve a desfaçatez de publicar em Paris (claro que graças a isso elas foram conservadas) em 1669. E houve também, por fim, as trãnsfugas e briguentas, como a freira alferes Catalina de Erauso, que fugiu do convento com apenas onze anos, embarcou como grumete disfarçada de menino e se alistou como soldado na América, sob o nome de Alonso Díaz. Por outro lado, houve mulheres desejosas de independência que, em vez de optarem por ser *boas*, isto é, freiras, optaram por ser *más*: as cortesãs, das cultas hetairas gregas até Montespan ou Pompadour, amantes dos reis franceses, sempre tiveram notável influência na vida pública.

Fora do convento e da *vida fácil* só houve para as mulheres outra grande rota de fuga da tutela masculina, e foi a viuvez. Sobretudo no que se refere às responsabilidades de comando: por trás da quase absoluta totalidade de mulheres que chegaram ao poder antes do século XX, há um marido morto. Em ocasiões excepcionais o morto era o pai, e frequentemente havia também um filho ou um irmão pequeno de quem elas eram representantes ou tutoras, pelo menos num primeiro momento, até eles conseguirem consolidar seu próprio poder. É fascinante ver como mulheres que mesmo sem terem sido preparadas intelectual e politicamente, e tendo, ainda por cima, de suportar um absoluto entorno dissuasivo, eram capazes de lutar, assumir e manter o poder, transformando-se, com frequência, em governantes de grande envergadura. Um exemplo perfeito das dificuldades que essas damas enfrentavam é a pobre e brava Margarida da Áustria, que se casou em 1599 com Felipe III, aos catorze anos, e aterrissou na corte espanhola sem saber outro idioma além do alemão. Para não perder seu poder sobre o rei, o duque de Lerma isolou a recém-chegada Margarida: despediu toda sua criadagem alemã e a cercou de gente espanhola de sua confiança. Dá para imaginar o calvário dessa adolescente, tão sozinha e presa numa corte hostil e num idioma incompreensível, parindo um filho atrás do outro para a Coroa. No entanto, passados sete anos, ela já aprendera o suficiente da língua e da política para enfrentar o duque de Lerma e conseguir que o processassem. Com o apoio do confessor do rei, frei Luis de Aliaga, tentou processar também o duque de Uceda, mas dessa vez perdeu. Morreu aos 27 anos ao dar à luz seu oitavo filho; houve complicações pós-parto, e, ao que parece, o duque de Uceda impediu que ela fosse atendida por um médico. Todo um trágico destino de mulher.

No entanto, e apesar do ambiente adverso, a história europeia está repleta de numerosas Leonores, Marias, Isabéis, Joanas, Luíças ou Margaridas que regeram, em uma ou outra ocasião, o destino de seu povo, frequentemente com sabedoria e prudência. Claro que houve no mundo mulheres menos

*image
not
available*

difícil, mas uma perversa clássica e emblemática, do mesmo modo que foi emblemática a maldade do marquês de Sade, é Elizabeth Bathory, a Condessa Sangrenta (1560-1614), uma viúva húngara que acreditava poder conservar a juventude banhando-se em sangue de donzela. Dizem que torturou mais de seiscentas jovens camponesas, as quais acabava degolando e dessangrando. Ao ter seus crimes descobertos, Bathory foi emparedada viva em seu castelo.

Houve, enfim, mulheres de todo tipo. Empresárias importantes, como Marie Brizard (século XVIII) ou Nicole Clicquot (século XIX), outra viúva, nesse caso célebre e espumante. Cientistas extraordinárias, como María Gaetana Agnesi, matemática italiana que publicou em 1748 o melhor tratado de cálculo diferencial que se fizera até o momento, ou aventureiras fogosas, como a conquistadora Mencía Calderón, que comandou, no século XVI, uma expedição ao Paraguai. Desempenhando ofícios estranhos, houve até mesmo uma mulher carrasco na França do século XVIII: quando descobriram seu sexo, depois de anos de trabalho, ela foi encarcerada por dez meses.

Por trás da insipidez de nossa amnésia coletiva se oculta, pois, uma paisagem matizada de mulheres extraordinárias, algumas admiráveis, outras infames. Em comum, todas têm uma traição, uma fuga, uma conquista: traíram as expectativas que a sociedade depositava nelas, fugiram de seu limitado destino feminino, conquistaram a liberdade pessoal. É preciso ter em conta que, na maioria dos casos, e durante milênios, ser mulher implicava não ter acesso à educação e nem sequer a uma mínima liberdade de movimento (sair à rua sozinha ou viajar sozinha). “O fato de que as mulheres eventualmente tiveram de superar imensos obstáculos para alcançar até mesmo um êxito moderado não as equipara a Donald Trump ou a Nelson Rockefeller”, diz sabiamente Linda Wagner-Martin, autora do livro *Telling Women's Lives* [Contando vidas de mulheres]. Enfim, para além dessa base comum, cada vida é tão rica e tão diversa como todas as outras. No substrato profundo compartilhamos, homens e

*image
not
available*

Agatha Christie

A eterna fugitiva

Agatha Christie quase nunca ri abertamente em suas fotos: tem dentes ruins e sempre foi muito consciente de sua aparência. Na verdade, ela se preocupava com a aparência de todas as coisas: queria que o mundo fosse um lugar sereno e exato, amável e organizado. Mas a realidade é obstinada e tende a desmantelar-se por mais que tentemos submetê-la a nossos desejos; e então, a partir dos quarenta anos Agatha engordou muitíssimo e se transformou numa matrona majestosa de peitos grandes e cadeiras opíparas. Sempre fora magra (ela mesma se encarrega de repetir isso à exaustão em todos os seus escritos autobiográficos, como quem menciona um fato de natureza quase milagrosa, um portentoso que parecerá inacreditável para os demais, em que talvez nem ela mesma acredite), de modo que essa súbita e definitiva abundância carnal, o fato de ter passado a segunda metade de sua vida encerrada dentro de um corpo enorme, deve ter aumentado seu sentido íntimo do catastrófico. A existência de Agatha Christie é, com efeito, uma longa fuga da escuridão, um combate secreto contra o caos.

Ela nasceu em 1890; pertence, portanto, à geração britânica que teve de superar a herança vitoriana e enfrentar as primeiras ruínas do império. O vitorianismo havia construído uma visão de mundo tão firme e definida como um cubo de chumbo: tudo estava em seu lugar, tudo tinha um porquê, a realidade era perfeitamente compreensível, beleza e lei eram equiparáveis. Esse sonho de exatidão se fez em mil pedaços no final do século XIX. Darwin explicou que a providência divina não havia criado humanos e animaizinhos tal e qual éramos, e sim que nossa

*image
not
available*

comentando com eles o estranho caso da escritora desaparecida. Registrara-se com o nome patético de Teresa Neele (o mesmo sobrenome de sua rival jogadora de golfe) e no dia 11 de dezembro, preocupada ao ver que não recebia nenhuma correspondência, publicou um anúncio no jornal *The Times*: “Amigos e parentes de Teresa Neele, entrem em contato com ela. Hydropathic Hotel, Harrogate”. Naturalmente, não recebeu nenhuma resposta.

Em sua volumosa autobiografia não há nenhuma menção a esse episódio: deve tê-la assustado muito. Também não há menção a Nancy Neele. De fato, nunca, em toda sua vida, ela falou publicamente sobre o estranho assunto de sua amnésia. Recebeu ajuda psiquiátrica e, com o tempo, foi reconstruindo o acontecido: mas parece que nunca recuperou totalmente a memória daqueles dias. Nos livros de Christie jamais resta uma pista a ser esclarecida, um elo a se encadear, uma peça por encaixar; porém, apesar de todos os seus desvelos, apesar de todos os conjuros literários com que tentou se proteger da fatalidade, na vida real se produziu, sim, uma ausência, um apagamento, uma fissura. Ela sempre teve de carregar dentro de si essas horas sem lembrança, esse buraco negro onde se aninhavam seu medo e sua loucura, ou o que chamamos de loucura, que talvez consista no agudo horror de não ser nada, no abandono do mundo e de si mesmo.

Nos seis livros *sérios* que Agatha escreveu sob o pseudônimo de Mary Westmacott, já se insinua essa intuição inquietante de que a realidade é descontínua. São romances sentimentais sem trama policial e com um estilo raso e pouco cuidado, mas a escritora os considerava o melhor de sua produção. *Ausência na primavera*, a obra preferida de Agatha, narra justamente a crise de uma mulher convencional, burguesa e aparentemente feliz, que compreende, de súbito, que sua existência não é o que ela pensava ser. Ou seja, que de repente percebe as fissuras do mundo, esses rasgos da realidade que Agatha estava tão empenhada em remendar.

E em ocultar: porque Agatha Christie passou a vida ocultando

Mary Wollstonecraft

Ardente solidão

Façam-nas livres, e elas logo se tornarão sábias e virtuosas, ao mesmo tempo que os homens o serão mais. Pois o aperfeiçoamento deve ser mútuo, ou a injustiça a que metade da raça humana está obrigada a se submeter irá voltar-se contra seus opressores.

Mary Wollstonecraft

Na Espanha, Mary Wollstonecraft é praticamente desconhecida. No entanto, ela é uma das grandes figuras do mundo moderno. No âmbito anglo-saxão, Mary foi minimizada e ridicularizada durante um século e meio; e hoje, apesar do resgate de sua memória pela nova historiografia, as pessoas se lembram dela sobretudo como a mãe de Mary Shelley, a autora de *Frankenstein*.

Tal ignorância é assustadora, se considerarmos não apenas seus méritos, mas também seu fascínio como personagem. Estamos falando de uma mulher do século XVIII que foi capaz de se firmar como escritora profissional e independente em Londres, algo raríssimo para a época. Publicou contos, romances e ensaios; um deles, *Reivindicação dos direitos da mulher* (1792), estabeleceu as bases do feminismo moderno e transformou Mary Wollstonecraft na mulher mais famosa da Europa de seu tempo. Foi sozinha para Paris em meio à Revolução e lá viveu (ou seria melhor dizer sobreviveu, pois quase todos os seus amigos foram guilhotinados) os anos angustiantes do Terror. Além disso, teve uma filha com um aventureiro norte-americano e depois outra (a

aperfeiçoava progressivamente, de maneira irrefreável. Os entusiastas reformistas da época acreditavam nisso de pés juntos e pensavam que todos os males humanos, a fome, a violência, as guerras, e até mesmo as doenças e a morte, um dia acabariam sendo vencidos. As fronteiras do mundo tinham caído e tudo parecia estar ao alcance da mão do homem. O que Wollstonecraft fez foi reivindicar que a mão da mulher também tivesse direito a toda essa glória.

A evolução pessoal de Mary foi lenta e dolorosa. Ligou-se, a princípio, aos Dissidentes, um grupo democrata, mas não feminista; e antes de escrever a *Reivindicação dos direitos da mulher* que a tornou famosa, publicou outro panfleto político intitulado *Reivindicação dos direitos do homem*, em apoio aos ideais da Revolução Francesa e contra os ataques dos reacionários ingleses, especialmente de Edmund Burke. Ela chegou ao feminismo, então, por puro uso da razão: porque a liberdade ou era para todos ou não era para ninguém, como dizia Condorcet. Não tenho espaço aqui para explicar o alto preço que Mary teve de pagar por sua vida: a incompreensão, a polêmica, a censura social. Tudo isso foi muito difícil para ela: educar-se, ser independente, achar um meio de ganhar a vida decentemente, amar, e até mesmo escrever. Ser única beira a loucura. Não é de estranhar que fosse uma mulher retraída e melancólica.

Seu coração era tão quente como o chumbo líquido, e suas paixões podiam ser devastadoras; mas como tinha sido uma senhorita de sua época, educada no puritanismo imperante, por muito tempo ela considerou o sexo algo sujo e transformou seus primeiros amores em puros devaneios platônicos. Até que, aos 33 anos, foi sozinha para a França revolucionária, provavelmente ainda virgem e cheia de vontade de viver.

Wollstonecraft chegou a Paris no final de dezembro de 1792. Em janeiro de 1793, o rei Luís XVI foi guillotinado; em setembro teve início o Terror. No arrebatamento dos primeiros anos da Revolução, um bom punhado de mulheres acreditou que a Declaração dos Direitos do Homem também falava delas. Houve certo debate social, criaram-se clubes de mulheres por toda

Zenobia Camprubí

A vida mortífera

Tem gente que chama qualquer coisa de amor. A necessidade patológica do outro, por exemplo, o parasitismo mais feroz e destrutivo. Sem dúvida, o escritor Juan Ramón Jiménez, prêmio Nobel de 1956, necessitava de sua esposa Zenobia Camprubí de uma forma esmagadora e indescritível; mas isso não significa, forçosamente, que ele gostasse muito dela (ou mesmo que *gostasse dela*: um personagem tão monstruosamente egocêntrico seria capaz de gostar de alguém?). No entanto, alguns dos estudiosos juanramonianos empenharam-se em construir, durante anos, uma miragem de amor conjugal, a mentira irisada do casal perfeito. E assim, durante décadas se escreveu profusamente sobre “o casal exemplar” e “a relação tão bonita que sustentaram”. Até que, em 1991, Graciela Palau de Nemes editou e publicou a primeira parte do diário de Zenobia. Curiosamente, a professora Palau, em seu prólogo, tenta salvar o que não tem salvação: a lenda rosa da história de amor. Talvez não se desse conta de que o material que estava desenterrando era uma bomba: um livro desolador e aterrorizante, um estudo minucioso e involuntário sobre a patologia humana. O casal como destruição, como armadilha perversa.

Mas, para começar do início, diremos que Zenobia nasceu na Costa Brava em 1887. Era filha de uma porto-riquenha rica e de um engenheiro civil catalão: uma menina, enfim, de família muito boa. O inglês era sua língua materna (também sabia francês) e durante a adolescência passou vários anos nos Estados Unidos, de modo que quando voltou definitivamente para a Espanha, em 1909, era chamada de *Americanita*, porque não

compreensível”, Zenobia passa os dias enfiada no banheiro. Também quando ele faz a sesta: “Fiquei nervosa trancada no banheiro enquanto J. R. cochilava, pois o dia estava belíssimo”.

Só que ela não pode sair, não pode deixá-lo sozinho. Juan Ramón não permite que Zenobia opere de um lipoma (tumor de gordura) que tem no ventre: ela teria de ficar internada no hospital e ele não suportaria sua ausência (e talvez, tampouco, sua doença, sua fragilidade): “Meu primeiro e mais ardente desejo é ir imediatamente à clínica mais próxima para que me operem de minha incômoda protuberância”, diz ela no diário: “Se não pesassem sobre mim tantas tradições idiotas, eu iria lá sem mais delongas e J. R. já poderia começar a roer as unhas. É ridículo impor algo tão mortificante a outra pessoa [...]. Mas nunca terei coragem nem determinação suficiente para resolver meus problemas enquanto J. R. estiver por perto”. E, de fato, os anos passam e Zenobia continua criando seu tumor.

Contudo, o que é mais sinistro no diário cubano é a sempre adiada viagem aos Estados Unidos. A família toda de Zenobia mora nesse país, ao qual ela não vai há 21 anos (salvo por uma brevíssima temporada no começo do exílio), e está ansiosa para revê-los. Assim que chega a Cuba, começa a organizar a viagem; várias vezes estabelece uma data de partida, vai a companhias marítimas, consulta preços, reserva passagens; várias vezes o dia combinado chega e Zenobia continua em Havana. A estratégia obstrucionista de Juan Ramón é sempre a mesma: primeiro concorda em ir com ela (e ela procura um alojamento adequado a suas manias e organiza tudo *para ele* nos Estados Unidos), depois começa a ficar nervoso e diz que é melhor que Zenobia vá sozinha (e ela anula as disposições em torno dele, reserva seu próprio bilhete, reduz a viagem a apenas um mês), e por fim Juan Ramón torna sua vida tão impossível diante da ideia de sua ausência que Zenobia cede e não viaja. Essa lenta tortura se prolonga durante um ano e meio, até que finalmente Zenobia consegue partir.

As críticas mais duras que Zenobia dirige a Juan Ramón são relacionadas a essa viagem tantas vezes frustrada: “Realmente

estivesse pensando nisso tudo (nas ilusões perdidas, na vida não vivida) quando anotou nos cadernos cubanos este parágrafo comovente: “Quando voltamos, as nuvens ao nordeste tinham se dissipado, e o resplendor do entardecer [...] fazia o mundo parecer novo [...]. E de repente todos os sonhos infantis se tornaram realidade, e embargou-nos a intensa esperança de que todo esse tempo de incredulidade tivesse sido um desperdício da alegria”.